



CONCURSO PÚBLICO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ



Universidade
Estadual do Piauí

PROVA 1 – TIPO 6

CARGO: ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA: SAÚDE (ASSISTENTE SOCIAL)

DATA: 25/01/2009 – HORÁRIO: 8h30min às 12h30min (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - Este caderno com 70 questões objetivas sem repetição ou falha.
 - Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da prova.
 - Para realizar sua prova, use apenas o material mencionado nas letras a) e b) e em hipótese alguma, papéis para rascunhos.
- Verifique se este material está completo, em ordem e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
- Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA utilizando caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta.
- Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
- No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras, correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
- Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
- Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar apenas **uma alternativa para cada questão**; a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
- As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da Prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
- Reserve os 30(trinta) minutos finais do tempo de prova para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
- Quando terminar sua prova, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES, o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter, respectivamente, sua assinatura, assinatura/impressão digital, a serem coletadas por este.
- O TEMPO DE DURAÇÃO PARA ESTA PROVA É DE **4h**.
- Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de decorridas **2(duas) horas** de seu início.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

TEXTO 1

A cigarra é a formiga

A famosa fábula intitulada *A cigarra e a formiga* diz que o modelo de trabalhador ideal é aquele que consome boa parte de seus dias usando braços e pernas para produzir. O mundo do trabalho das formigas lembra o modelo de produção fordista, em que o homem e a máquina se confundem numa só engrenagem.

Relembrando a fábula, o personagem da cigarra ocupa, no imaginário do campo do trabalho, o papel do trabalhador indesejável, pois o esforço e a dedicação para aperfeiçoar o seu canto e entrar em comunhão com a natureza, cumprindo seu papel, não são contados. O ato prazeroso de cantar é considerado, segundo a fábula, como negação ao trabalho, e não como uma fonte de trabalho.

Essa visão reflete a velha busca de tratar as questões do ser humano dividindo-o em partes, separando o bem e o mal, o certo e o errado em campos totalmente distintos.

Morin, em seu clássico *Os sete saberes necessários à Educação de Futuro*, critica essa visão dizendo que “compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade”.

É importante lembrar aqui que o trabalho da formiga representa, no mundo econômico, o modelo de produção que gera bens de consumo tangíveis. Durante muito tempo, para o mundo dos negócios, significou a principal forma de acumulação de bens e capital – por parte dos capitalistas, é claro.

O que precisamos compreender é que criar a figura da cigarra, caracterizada pelo lúdico, como algo totalmente distinto e separado da formiga, para delinear o modelo de trabalhador, é incorrer no erro de que o trabalho segue apenas o princípio da “tortura”, e que o prazer não encontra aí o seu lugar.

O trabalho dos tempos atuais, porém, assume papel preponderante nas relações simbólicas da sociedade. E requer dos novos trabalhadores um comportamento profissional diferenciado dos tempos passados, da era industrial (a era das formigas).

Hoje, emergem novos valores. A emotividade, valor negativo no processo de produção pela importância que se dava à racionalidade, foi resgatada para o processo produtivo, pois, sem ela, a racionalidade nunca será criativa. Os valores intangíveis – beleza, estética e emotividade, o “modo cigarra” de viver – fazem, agora, a diferença.

Separar, de um lado, o trabalho da transpiração, do esforço, da força mecânica, do suor obreiro da vida, e, de outro lado, o trabalho da inspiração, da criação, do estético, do simbólico, não fortalece a gênese de criação do ser humano. Lembremo-nos de que, quando um escultor transforma pedra em obra de arte, dá-se o aproveitamento do melhor da energia da transpiração, da técnica, da racionalidade, associada à energia da inspiração.

Dando novamente a palavra a Morin, talvez possamos entender por que “a cigarra é a formiga”. Segundo esse pensador, “o ser humano é complexo e traz em si mesmo, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas: sábio e

louco, trabalhador e lúdico, empírico e imaginário, econômico e consumista, prosaico e poético”.

(Iraqueu Fonseca. *Diário de Pernambuco*, julho de 2006. Adaptado).

01. O Texto 1, como idéia central, defende:

- A) a dimensão prazerosa do trabalho como negação da racionalidade.
- B) a hegemonia das atividades humanas que exploram a inspiração.
- C) a superioridade dos modelos de produção centrados na energia técnica.
- D) uma concepção da atividade de produção humana como algo integrado e uno.
- E) um perfil de trabalhador inspirado no modelo que confunde homem e máquina.

02. Na verdade, o Texto 1, em seu todo, pretende trazer uma nova perspectiva para se encarar:

- A) as conseqüências da engrenagem mecânica na vida do homem.
- B) o natural antagonismo constituinte do processo humano de produzir.
- C) a complexidade da distinção entre o bem e o mal, entre o certo e o errado.
- D) a comunhão do homem com a natureza, em seu constante desenvolvimento.
- E) os modelos de educação a serem implantados em um futuro próximo.

03. Dentre os vários argumentos presentes no Texto 1, os quais sustentam o ponto de vista do autor, o principal deles é:

- A) “o modelo de trabalhador ideal é aquele que consome boa parte de seus dias usando braços e pernas para produzir”.
- B) “O mundo do trabalho das formigas lembra o modelo de produção fordista”.
- C) “quando um escultor transforma pedra em obra de arte, dá-se o aproveitamento do melhor da energia da transpiração”.
- D) “o trabalho da inspiração, da criação, do estético, do simbólico, não fortalece a gênese de criação do ser humano”.
- E) “O ser humano é complexo e traz em si, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas”

04. Segundo o Texto 1, existem, no mundo econômico, dois modelos de produção. São eles:

- A) o que gera bens de consumo tangíveis e o que acumula bens e capital.
- B) o que segue apenas o princípio da tortura e aquele que predominou na era industrial.
- C) o que privilegia a racionalidade e o que associa a isso a emotividade.
- D) o que se concentra na inspiração e o que se apoia na estética e no simbólico.
- E) o que melhor aproveita a energia da técnica e o que se serve da força da transpiração.

- 05.** Como relembra o Texto 1, a cigarra, no imaginário do campo do trabalho, representa o trabalhador indesejável, porque:
- A) resgata o modelo de produção fordista, que integra homem e máquina.
 - B) configura-se como figura própria do mundo obreiro e racional.
 - C) simboliza o ato prazeroso de cantar como negação ao trabalho.
 - D) reitera os valores da racionalidade pura, conforme a visão cartesiana.
 - E) prioriza, na gênese do processo produtivo, o melhor da técnica e do esforço.
- 06.** Em um texto podem-se identificar diferentes vozes, desde a voz do autor até a voz da tradição cultural. No Texto 1, representa a voz do autor o seguinte fragmento:
- A) “o modelo de trabalhador ideal é aquele que consome boa parte de seus dias usando braços e pernas para produzir.”
 - B) “O ato prazeroso de cantar é considerado, segundo a fábula, como negação ao trabalho, e não como uma fonte de trabalho.”
 - C) “Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade”.
 - D) “O ser humano é complexo e traz em si mesmo, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas”.
 - E) “Separar, de um lado, o trabalho da transpiração, (...) e, de outro lado, o trabalho da inspiração, (...) não fortalece a gênese de criação do ser humano.”
- 07.** Observe o trecho seguinte: “Separar, de um lado, o trabalho da transpiração, do esforço, da força mecânica, do suor obreiro da vida, e, de outro lado, o trabalho da inspiração, da criação, do estético, do simbólico, não fortalece a gênese de criação do ser humano.” Para que se entenda, coerentemente, esse trecho, é fundamental que se reconheça uma articulação semântico-textual de:
- A) temporalidade.
 - B) conformidade.
 - C) oposição.
 - D) concessão.
 - E) finalidade.
- 08.** Reveja o trecho: “criar a figura da cigarra caracterizada pelo lúdico, como algo totalmente distinto e separado da formiga (...) é incorrer no erro de que o trabalho segue apenas o princípio da ‘tortura’”. Caracterizar a cigarra como “figura lúdica” significa caracterizá-la como:
- A) figura bizarra.
 - B) figura intrigante.
 - C) figura pudica.
 - D) figura lúcida.
 - E) figura divertida.
- 09.** Analise a correlação sintático-semântica entre os vários segmentos lingüísticos do fragmento seguinte: “O ser humano é complexo e traz em si mesmo, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas”. Também está correta a correlação estabelecida em:
- A) Os seres humanos são complexos e trazem neles mesmo, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas.
 - B) Tu és complexo e trazes em tu mesmo, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas.
 - C) As pessoas são complexas e trazem em se mesmas, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas.
 - D) Tu és complexo e trazes em você mesmo, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas.
 - E) Nós somos complexos e trazemos em nós mesmos, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas.
- 10.** Releia o trecho: “Relembrando a fábula, o personagem da cigarra ocupa, no imaginário do campo do trabalho, o papel do trabalhador indesejável, pois o esforço e a dedicação para aperfeiçoar o seu canto e entrar em comunhão com a natureza, cumprindo seu papel, não são contados”.
- O fragmento sublinhado exerce, nesse trecho, a função textual de:
- A) delimitar o espaço em que a afirmação deve ser considerada.
 - B) indicar quem são os interlocutores envolvidos na interação.
 - C) chamar a atenção do leitor para o tópico principal do parágrafo.
 - D) abrir uma paráfrase de um outro segmento anterior do texto.
 - E) retificar uma afirmação central previamente feita pelo autor.

Nordeste: mito e realidade

De modo geral, quase todos os problemas do Nordeste são atribuídos às adversidades climáticas, à ausência ou à escassez das chuvas. É comum ouvirmos dizer que as secas assolam, maltratam os nordestinos. Mas será que é isso mesmo o que acontece? Ou será que é só isso mesmo?

Não se podem negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca. Quando ela ocorre, o sertanejo observa, impotente, sua lavoura morrer, seu gado minguar, os pequenos rios secarem, ocasião em que sua “tragédia” é exibida para todo o Brasil e até mesmo para outros países pelos meios de comunicação.

Os poderes públicos, então, se manifestam anunciando, nos mesmos órgãos de imprensa, medidas que serão tomadas para combater a seca, projetos que serão executados a médio e longo prazos e a liberação de verbas que serão destinadas à distribuição de alimentos, água, remédios etc.

A cada nova catástrofe, a cada nova “calamidade pública” esse procedimento se repete. Mas essas medidas não solucionam o problema. Na próxima seca prolongada, tudo será igual ou pior, dependendo da sua intensidade e duração.

Acontece que os fenômenos naturais – que ocorrem independentemente da vontade dos homens – não justificam todo o peso que lhes é atribuído. A seca existe, sim. A pobreza no Nordeste, também. No entanto, não é possível estabelecer uma relação direta entre *seca* e *pobreza*.

Os problemas do Nordeste não se resumem à seca, fator tão divulgado e explorado, graças ao interesse de uma minoria preocupada apenas em tirar proveito de uma situação “aparentemente” criada pela natureza.

Para entendermos a problemática da região, é preciso que deixemos de lado as aparências e investiguemos as reais causas que produziram e produzem um Nordeste tão pobre, tão maltratado e com tantas injustiças e desigualdades sociais.

Ao colocarmos a seca como sua causa principal, estaremos deixando de lado as inegáveis vantagens econômicas e políticas que ela traz para alguns setores e estaremos reduzindo à mera fatalidade climática o subdesenvolvimento e a opressão.

A seca apenas acentua uma situação de injustiça historicamente criada.

(Yná Andrighetti. *Nordeste: mito e realidade*. São Paulo: Moderna, 1998, pp. 7-10. Adaptado.)

11. Considerando as idéias expressas no Texto 2, podemos reconhecer que se trata:
- de uma narrativa em que se conta a história das secas do Nordeste, com seus cenários e personagens.
 - de uma descrição das condições climáticas do Nordeste e dos efeitos sociais e econômicos causados pelas secas prolongadas.
 - de uma reflexão pela qual se põe em dúvida a explicação que costuma ser dada para os problemas do Nordeste.

- de uma exposição didática, para apresentar as principais medidas que serão tomadas pelo Governo para combater a seca.
- de um texto para orientação dos projetos que serão executados, a médio e longo prazos, em favor do Nordeste.

12. Pela compreensão global do texto, pode-se perceber que a argumentação do autor, a certa altura do texto, assume uma direção contrária. Isso fica evidente na alternativa:

- “De modo geral, quase todos os problemas do Nordeste são atribuídos às adversidades climáticas, à ausência ou à escassez das chuvas”.
- “A cada nova catástrofe, a cada nova ‘calamidade pública’ esse procedimento se repete.”
- “Na próxima seca prolongada, tudo será igual ou pior, dependendo da sua intensidade e duração”.
- “A seca existe, sim. A pobreza no Nordeste, também. No entanto, não é possível estabelecer uma relação direta entre *seca* e *pobreza*”.
- “Para entendermos a problemática da região, é preciso que deixemos de lado as aparências”.

13. De acordo com o texto, a justificativa maior para os problemas sociais e econômicos do Nordeste encontra-se:

- nas secas que regularmente castigam a região e provocam a morte das lavouras.
- nas muitas adversidades climáticas que acontecem periodicamente.
- nas inegáveis vantagens econômicas e políticas que a seca traz para alguns setores.
- nos meios de comunicação que somente se manifestam durante as calamidades.
- na rede fluvial da região, que é pequena e não atende à demanda da agropecuária.

14. Observe: “A cada nova catástrofe, a cada nova ‘calamidade pública’ esse procedimento se repete”. A repetição do segmento sublinhado expressa uma função textual de:

- correção.
- contraste.
- paráfrase.
- ênfase.
- reformulação.

15. Os usos formais da língua ditam certas normas para a concordância entre o verbo e o sujeito. Identifique a alternativa que está de acordo com essas normas.

- Qual das grandes secas do Nordeste não deixaram grandes marcas de destruição?
- Cada um dos grandes rios do Nordeste poderiam suprir a escassez de água necessária à lavoura.
- Nenhuma das grandes secas do Nordeste pode ser apontada como a causa principal de suas dificuldades econômicas.
- Além da falta de chuva, foi constatado vários tipos de problemas no Nordeste.
- O resultado das últimas grandes secas deixaram grandes prejuízos sociais e econômicos.

16. Leia o trecho seguinte: "O Nordeste, em decorrência das estiagens prolongadas a que tem sido submetido, apresenta grandes problemas econômicos e sociais." Observe o emprego da preposição antes do pronome relativo – que se deve à regência do verbo. Na mesma perspectiva, analise os enunciados seguintes e assinale aquele que também está correto quanto às normas da regência verbal.

- A) O Nordeste, apesar das estiagens prolongadas de que têm sido atribuídas, apresenta grandes projetos de superação.
- B) O Nordeste, apesar das secas – das quais têm resultado grandes problemas econômicos – crê nas possibilidades de superação.
- C) O Nordeste, por causa das secas – a cujas soluções não se pode abrir mão – ainda sofre sérias discriminações.
- D) O Nordeste, por causa das secas – as quais a imprensa tem feito referências constantes – espera por melhores soluções.
- E) O Nordeste, por causa das políticas assistenciais – as quais não podemos confiar – viveu grandes problemas.

17. Observe a colocação pronominal no seguinte fragmento: "Não se pode negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca." O uso do pronome também estaria correto na alternativa:

- A) Não poderiam-se negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca.
- B) Poderiam-se negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca.
- C) Tinham podido-se negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca.
- D) Ninguém poderia negar-se a reconhecer os efeitos econômicos causados pela seca.
- E) Os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca, um dia, poderão-se negar.

18. O texto fala em: "inegáveis vantagens". O prefixo que aparece na palavra sublinhada tem o mesmo sentido daqueles que aparecem em:

- A) inefável; inapto; incremento.
- B) inábil; injetável; ineficaz.
- C) inflamável, imberbe, incrustado.
- D) ímprobo, inalação, inglório.
- E) indubitável, inepto, incruento.

19. O verbo, no seguinte trecho, está na voz passiva: *Muitos problemas do Nordeste foram provocados pelos interesses de uma minoria corrupta.* Caso o autor tivesse optado pela voz ativa, deveria escrever:

- A) Os interesses de uma minoria corrupta provocam muitos problemas do Nordeste.
- B) Os interesses de uma minoria corrupta provocavam muitos problemas do Nordeste.
- C) Os interesses de uma minoria corrupta provocaram muitos problemas do Nordeste.
- D) Os interesses de uma minoria corrupta provocariam muitos problemas do Nordeste.
- E) Os interesses de uma minoria corrupta provocarão muitos problemas do Nordeste.

20. Pelo título do texto – *Nordeste: mito e realidade* – já se pode inferir que o tema será tratado numa perspectiva:

- A) monolítica.
- B) hipotética.
- C) unilateral.
- D) lúdica.
- E) divergente.

Noções de Informática

21. Considere as seguintes afirmações acerca dos modos de operação do mouse no windows XP.

- 1) A partir do painel de controle abrindo o item mouse, na aba geral, é possível alternar entre o modo de clique duplo e o modo de clique simples.
- 2) No modo de clique duplo, para selecionar um item ou pasta, basta clicar uma vez no item.
- 3) No modo de clique simples, para iniciar um programa ou abrir uma pasta, basta clicar uma vez no item.

Está(ão) correta(s) apenas:

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 1 e 2
- E) 2 e 3






22. Em relação à Barra de Tarefas do windows XP, podemos dizer que é possível:

- 1) criar e exibir uma nova barra de ferramentas, associada a uma pasta contendo os aplicativos e as ferramentas desejados.
- 2) configurar os aplicativos que serão iniciados automaticamente quando o windows iniciar, usando a barra de Inicialização rápida.
- 3) ocultar a barra de tarefas sempre que o ponteiro do mouse passar mais de cinco segundos sem movimento, através da opção de Ocultar automaticamente a barra de tarefas.

Está(ão) correta(s) apenas:

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 1 e 3
- E) 2 e 3

23. Na configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Word 2003, o botão da barra de formatação que permite alterar o espaçamento entre linhas é:

- A) 
- B) 
- C) 
- D) 
- E) 

24. Na configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Word 2003, qual das opções abaixo **não** corresponde a um layout de exibição disponível?

- A) Normal
- B) De leitura
- C) Estrutura de tópicos
- D) De apresentação
- E) De impressão

25. Considere as seguintes afirmações sobre a configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Word 2003.

- 1) O item 'Quebra...' do menu Inserir permite inserir na posição atual tanto quebra de páginas como quebra de colunas.
- 2) Instruções de endereçamento (como CONFIDENCIAL e PESSOAL) e opções de encerramento (como Atenciosamente e Cordialmente) são exemplos de conteúdo que podem ser inseridos através do item Autotexto do menu Inserir.
- 3) O item 'Símbolo...' do menu Inserir oferece a opção de inserir na posição atual imagens da galeria WordArt.


Está(ão) correta(s):

- A) 1 apenas
- B) 2 apenas
- C) 1 e 2 apenas
- D) 1 e 3 apenas
- E) 1, 2 e 3

26. Na configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Excel 2003, o caractere utilizado para especificar um intervalo de células é:

- A) “,”
- B) “.”
- C) “-“
- D) “.”
- E) “ ”

27. Considere as seguintes afirmações sobre a configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Excel 2003.

- 1) Uma célula pode ser unicamente identificada através da linha e da coluna em que se encontra.
- 2) A ferramenta de filtro só pode ser empregada em uma única coluna da planilha.
- 3) O botão  serve para reduzir o número de casas decimais das células selecionadas que tenham valor numérico.

Está(ão) correta(s):

- A) 1 apenas
- B) 2 apenas
- C) 3 apenas
- D) 2 e 3 apenas
- E) 1, 2 e 3

28. Considere as seguintes afirmações sobre a configuração padrão do aplicativo Microsoft Internet Explorer 6.0.

- 1) A página web que está sendo visualizada numa janela só pode ser retirada da lista de favoritos quando esta janela for fechada.
- 2) É possível importar uma lista de favoritos que tenha sido salva no formato HTML, em outra máquina ou instância do navegador.
- 3) A partir do item do menu Ferramentas -> Opções da Internet, na guia Geral, podemos excluir, entre outras, a lista de favoritos.

Está(ão) correta(s):

- A) 1 apenas
- B) 2 apenas
- C) 3 apenas
- D) 2 e 3 apenas
- E) 1, 2 e 3

29. Das funcionalidades abaixo, assinale a alternativa que apresenta inovação da versão 7 em relação à versão 6 do Microsoft Internet Explorer.

- A) Navegação com guias
- B) Bloqueador de pop-ups.
- C) Navegação off-line
- D) Supervisor de conteúdo
- E) Recurso AutoCompletar

30. A ferramenta de localização de mensagens da versão padrão do aplicativo Microsoft Outlook Express 6.0 permite especificar na busca todas as opções abaixo, **exceto**:

- A) recebida após.
- B) a mensagem está sinalizada.
- C) a mensagem contém anexo(s).
- D) a mensagem requer confirmação.
- E) recebida antes de.

Legislação

31. Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça:

- 1) eleger o Corregedor Geral do Ministério Público.
- 2) julgar recurso com efeito, meramente, devolutivo contra decisão de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público.
- 3) recomendar ao Corregedor do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro da Instituição.
- 4) aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria de Justiça, bem como os projetos de criação, modificações e extinção de cargos e serviços auxiliares.
- 5) rever, mediante requerimento de interessado, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador Geral de justiça, nos casos de sua atribuição originária.

Estão corretas apenas:

- A) 1, 2, 3 e 4
- B) 1, 3, 4 e 5
- C) 2, 3 e 5
- D) 1, 2 e 4
- E) 2 e 4

32. Compete aos Promotores de Justiça, **exceto**:

- A) atender a qualquer pessoa do povo, desde que acompanhada de advogado, e adotar as providências cabíveis.
- B) assistir à instrução criminal, intervindo em todos os termos de qualquer processo penal.
- C) examinar, em qualquer repartição policial, autos dos flagrantes, livros de ocorrências e quaisquer registros policiais, podendo copiar peças e tomar apontamentos.
- D) requerer prisão preventiva nos termos da lei.
- E) promover diligências e requisitar documentos, certidões e informações a qualquer repartição pública, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo e segurança nacional.

33. São atribuições do Promotor de Justiça, em matéria de fundações:

- 1) exercer a fiscalização do funcionamento das fundações, salvaguardando a sua estrutura jurídica e estatutária e promover a extinção nos casos previstos em lei.
- 2) visitar regularmente as fundações fiscalizadas, atuando como interventor das fundações em que sejam detectadas irregularidades.
- 3) promover, na forma da lei, a cassação de declaração de utilidade pública de fundação.
- 4) examinar balanços e demonstrativos de resultados das fundações.
- 5) fiscalizar todas as fundações instituídas pelo Estado e Município exceto as de direito privado.

Estão corretas apenas:

- A) 1, 2, 3 e 4
- B) 1, 3 e 4
- C) 2, 3 e 4
- D) 2 e 5
- E) 1, 4 e 5

34. Em relação às garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Aos membros do Ministério Público é assegurada a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- B) O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação penal própria, nos casos de prática de crime incompatível com o exercício do cargo.
- C) Constitui prerrogativa do membro do Ministério Público ser processado e julgado originariamente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a exceção constitucional.
- D) Constitui prerrogativa do membro do Ministério Público ser custodiado ou recolhido à prisão domiciliar ou à sala especial de Estado Maior, por ordem e à disposição do Tribunal competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final.
- E) Constitui prerrogativa do membro do Ministério Público receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar, dispensados aos membros do Poder Judiciário junto aos quais oficiem.

35. Quanto aos deveres e às vedações dos membros do Ministério Público, é **incorreto** afirmar que:

- A) membros do Ministério Público são proibidos de exercer atividade político-partidária.
- B) é vedado ao membro do Ministério Público exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função, salvo a de magistério.
- C) é vedado ao membro do Ministério Público o exercício da advocacia, exceto em causa própria.
- D) é vedado ao membro do Ministério Público manifestar-se, por qualquer meio de comunicação, sobre assunto pertinente a seu ofício, salvo quando autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça.
- E) é dever do membro do Ministério Público identificar-se em suas manifestações funcionais.

36. Em relação às funções e à estrutura do Ministério Público, assinale a afirmativa correta.

- A) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, os Ministérios Públicos dos Estados e os Ministérios Públicos junto aos Tribunais de Contas.
- B) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- C) Leis ordinárias da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público.
- D) Os Procuradores-Gerais, nos Estados e no Distrito Federal e Territórios, poderão ser destituídos por deliberação de três quintos dos membros do respectivo Poder Legislativo, observado o disposto em lei.
- E) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

37. Quanto aos princípios relativos ao Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- A) A indivisibilidade significa que os integrantes da carreira podem ser substituídos, uns pelos outros, desde que da mesma carreira, segundo prescrições legais.
- B) O princípio da independência funcional se refere aos aspectos administrativos do desempenho funcional do membro do Ministério Público, porém não está relacionado com questões jurídicas referentes à sua atividade funcional.
- C) O princípio da unidade significa, basicamente, que os membros do Ministério Público integram um só órgão, sob a direção do Conselho Nacional do Ministério Público.
- D) A partir do princípio da unidade, foi deduzida a doutrina do promotor natural.
- E) O princípio da independência funcional pode ser suprimido em virtude de decisões do Procurador Geral.

38. Quanto aos órgãos de Administração do Ministério Público, podemos afirmar que:

- A) os Ministérios Públicos dos Estados formarão lista sêxtupla, dentre integrantes da carreira, na forma da lei específica, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- B) o Colégio de Procuradores é composto por cinco Procuradores de Justiça.
- C) o Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelos Promotores de Justiça e pelos Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- D) as Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.
- E) os Procuradores de Justiça civis e criminais, que oficiem junto ao mesmo Tribunal, reunir-se-ão para fixar orientações jurídicas, com caráter vinculativo, após aprovado pelo Colégio de Procuradores.

39. No que concerne à carreira do membro do Ministério Público, nos termos da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, é correto afirmar que:

- A) ser brasileiro nato é requisito para ingresso na carreira.
- B) a reintegração, que decorrerá de sentença transitada em julgado, é o retorno do membro do Ministério Público ao cargo, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, exclusive a contagem do tempo de serviço.
- C) O provimento é o retorno do membro do Ministério Público em disponibilidade ao exercício funcional.
- D) A reversão dar-se-á na entrância em que se aposentou o membro do Ministério Público, em vaga a ser provida pelo critério de antiguidade, observados os requisitos legais.
- E) A remoção por permuta confere direito à ajuda de custo.

40. A Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, ao instituir a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, estabeleceu que:

- A) lei ordinária, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
- B) lei complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
- C) lei ordinária, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
- D) lei complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
- E) lei complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Governadores dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

41. O Serviço Social comporta diferentes dimensões, sobre as quais é correta a seguinte afirmação:

- A) Dimensões autônomas entre si são aquelas determinadas não só pela profissão, mas principalmente pela realidade sócio-histórico-econômica.
- B) Caracteriza a dimensão ético-política, a adoção de valores humanos civilizatórios; essa dimensão transparece nas finalidades e nos objetivos profissionais.
- C) Deve predominar na prática profissional, a dimensão técnico-operativa, pois a utilidade da profissão está em sua capacidade de dar respostas ao conjunto das demandas sociais que lhe são apresentadas.
- D) Compõe a dimensão crítico-investigativa a capacidade de articular objetivamente os meios e os instrumentos de trabalho disponíveis, para operacionalizar, com base nos valores, os objetivos
- E) Faz parte da dimensão teórico-metodológica, a adoção concomitante de diferentes perspectivas teóricas, de forma a garantir a aproximação ao objeto de intervenção, o que é conhecido como pluralismo.

42. Na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social, a prática do assistente social tem como direção:

- 1) a defesa de uma nova ordem societária, na perspectiva emancipatória.
- 2) a viabilização da participação dos usuários nas decisões institucionais.
- 3) a desresponsabilização do Estado quanto às políticas sociais.
- 4) a organização comunitária e a responsabilidade social do mercado, para enfrentamento das necessidades sociais.
- 5) a promoção de mudanças comportamentais dos usuários em nome da modernidade e da aceitação no convívio social.

Está(ão) correta(s):

- A) 4 apenas
- B) 2 e 3 apenas
- C) 1 e 2 apenas
- D) 1, 3 e 5 apenas
- E) 1, 2, 3, 4 e 5

43. São deveres do Assistente Social, em relação à instituição onde atua:

- A) contribuir para a preservação da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas da instituição.
- B) reformular, por conta própria, as rotinas e os procedimentos institucionalizados, a fim de agilizar o atendimento dos usuários.
- C) ignorar, em favor do usuário, as demandas institucionais relativas à orientação dos trabalhos.
- D) manter a rotina institucional e garantir a preservação do sistema frente à demanda de mudanças.
- E) programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.

44. O planejamento de políticas públicas no Brasil:

- A) é mediado por interesses das classes sociais, através de grupos de pressão, movimentos sociais e outras organizações da sociedade.
- B) prioriza, explicitamente, os interesses da classe dominante, favorecendo a opressão dos trabalhadores.
- C) volta-se à superação dos determinantes da questão social, mediante a fragmentação do sistema de proteção social.
- D) transfere para a sociedade civil organizada a formulação das propostas de intervenção.
- E) defende que a captura do Estado pela burguesia monopolista é necessária para a democratização da vida sociopolítica.

45. A avaliação de políticas públicas, programas e projetos sociais:

- A) é um movimento independente da formulação e da implementação de propostas de ação na área social.
- B) expressa os esforços sistemáticos ou assistemáticos para mudar o desempenho de uma política ou programa, no sentido de focalizar a ação em segmentos da população mais pobre.
- C) tem como áreas de interesse o processo de tomada de decisões e os fatores que o influenciam, os objetivos, os efeitos e impactos esperados e não esperados.
- D) tem por finalidade atribuir um valor à realização de ações sociais públicas, priorizando a neutralidade, a quantificação e a objetividade científica.
- E) orienta-se pelo método crítico-dialético, valorizando a mensuração quantitativa de resultados, a partir de metas predefinidas.

46. A utilização da pesquisa, na prática profissional do assistente social, tem como objetivo geral:

- A) promover a participação do usuário e ampliar a demanda do mercado de trabalho.
- B) legitimar a profissão e a sua inclusão na divisão social e técnica do trabalho.
- C) generalizar, para o conjunto da população, os resultados obtidos, através dos estudos de caso.
- D) conferir efetividade aos procedimentos de intervenção que não foram aprovados institucionalmente.

- E) elaborar diagnósticos e análises críticas com vistas à introdução de mudanças na situação investigada.

47. A escolha do caminho metodológico a ser obedecido na pesquisa científica depende:

- 1) dos interesses imediatos do pesquisador e do material coletado no trabalho de campo.
- 2) dos estudos censitários disponíveis sobre a população investigada.
- 3) da confiabilidade dos instrumentos de mensuração e das expectativas de validade dos resultados.
- 4) do tipo de objetivos que se pretende atingir e da experiência acadêmica do pesquisador.
- 5) da complexidade do objeto de conhecimento.

Está(ão) correta(s) apenas:

- A) 1 e 3
- B) 2 e 4
- C) 5
- D) 4 e 5
- E) 1, 3 e 4

48. Na prática investigativa do Serviço Social, a técnica de observação pode ser empregada para:

- 1) obter informação sobre o comportamento dos indivíduos ou dos grupos sociais, tal qual eles acontecem.
- 2) pesquisar os itens ou indicadores das hipóteses que serão submetidas à prova.
- 3) anular a subjetividade do assistente social na caracterização das pessoas observadas.
- 4) controlar a qualidade da informação e a análise dos dados.

Estão corretas:

- A) 2 e 4 apenas
- B) 3 e 4 apenas
- C) 1, 2 e 4 apenas
- D) 1 e 3 apenas
- E) 1, 2, 3 e 4

49. A assessoria do Serviço Social é uma forma de atuação, desenvolvida por um profissional especializado, com o objetivo de propor estratégias de ação aos formuladores e executores de programas sociais. Neste contexto, pode-se afirmar que:

- A) a assessoria a assistentes sociais visa qualificar o trabalho profissional, assumindo sempre caráter temporário para articular contribuições e saberes.
- B) os conselhos setoriais de políticas públicas podem contar com a assessoria do assistente social, para falar em nome dos conselheiros.
- C) a organização política dos usuários dos serviços sociais pode ser objeto de assessoramento por parte de assistentes sociais, desde que orientados para a defesa individualizada de direitos.
- D) o profissional de Serviço Social, na tarefa de assessorar movimentos sociais, deve assumir uma relação de tutela em relação aos participantes, quando de baixa escolaridade.
- E) no processo de gestão das políticas sociais, o assessoramento do Assistente Social volta-se ao apoio na formulação, implementação e avaliação dos programas, visando a garantia de direitos sociais.

50. Após a Constituição de 1988, a proteção social brasileira caracteriza-se pela:

- A) implementação de políticas redistributivas, tendo como objetivo restabelecer o equilíbrio social.
- B) exclusão da iniciativa privada na prestação de serviços de combate à pobreza.
- C) formulação e implementação das políticas sociais, segundo os princípios da intersectorialidade e da interinstitucionalidade.
- D) articulação público-privado, no âmbito da municipalização, a centralidade na família e focalização na proteção de grupos específicos (crianças, adolescentes, mulheres, idosos etc.).
- E) redistribuição de renda através do sistema tributário e da implementação de serviços destinados à concretização dos direitos humanos.

51. Nos termos da Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde (SUS):

- 1) o Estado deve garantir a saúde através da formulação e da execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos.
- 2) o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde, é dever do Estado.
- 3) o SUS é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta, e das fundações mantidas pelo Poder Público, e pelas instituições privadas de saúde.
- 4) um dos princípios do SUS é o da equidade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
- 5) a assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional está incluída no campo do SUS.

Está(ão) correta(s) apenas:

- A) 2
- B) 1 e 2
- C) 3 e 5
- D) 3 e 4
- E) 1, 2 e 5

52. A Lei 8.080/1990 estabelece que:

- A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em seu âmbito administrativo, têm a atribuição de organizar e coordenar o sistema de informação de saúde.
- B) à direção nacional do SUS, compete executar serviços de vigilância epidemiológica e sanitária.
- C) é objetivo do SUS a identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes das doenças.
- D) a responsabilidade pela formulação e execução de ações de saneamento básico ultrapassa o campo de ação do SUS.
- E) a participação da população economicamente ativa nos órgãos de gestão da política de saúde, no âmbito municipal, é um dos princípios do SUS.

- 53.** De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), foi instituído o Conselho Nacional de Assistência Social, que inclui, nas suas competências:
- A) fixar normas para concessão de certificado de registro a entidades de fins filantrópicos ou beneficentes de assistência social.
 - B) exercer o monitoramento da política de assistência social nos Estados.
 - C) disciplinar os procedimentos de repasse dos recursos para as entidades de assistência social.
 - D) elaborar os programas plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.
 - E) responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada.
- 54.** Em consonância com o disposto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social tem como princípios de ação:
- A) descentralização político-administrativa e territorialização.
 - B) universalização da participação e incremento das políticas de distribuição de renda.
 - C) centralidade na família para concessão dos serviços e implementação de programas e projetos.
 - D) interface da política de assistência social com a política de segurança alimentar e fomentação da política de economia solidária.
 - E) respeito à dignidade do cidadão e igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem qualquer discriminação.
- 55.** Constitui um dos princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):
- A) alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários, segundo o paradigma da diversidade cultural.
 - B) articulação interinstitucional de competências e ações com os demais sistemas de defesa de direitos humanos.
 - C) fortalecimento de relações democráticas entre os entes federados.
 - D) organização dos serviços socioassistenciais tendo como referência o controle social.
 - E) serviços de proteção social básica e ou especial como espaços de negociação e pactuação entre gestores e usuários.
- 56.** Os conselhos setoriais de assistência social têm suas competências definidas em legislação específica. No cumprimento da NOB-SUAS, os Conselhos Municipais devem:
- A) fiscalizar e controlar as ações desenvolvidas pelos gestores e entidades socioassistenciais na área de sua jurisdição.
 - B) incentivar a responsabilização do setor privado pela condução dos programas de combate à pobreza.
 - C) ser espaços consultivos que administram projetos na área da assistência, segundo as necessidades apontadas em diagnósticos locais.
 - D) empreender ações inscritas na lógica da filantropia, visando a racionalização das práticas de assistência com base em referências técnico-instrumentais.
 - E) acompanhar os resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços de assistência social, em nível municipal.
- 57.** A Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece como um de seus princípios:
- A) a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, com prioridade para as primeiras.
 - B) a gestão democrática do ensino público.
 - C) a equidade de condições para o acesso e a permanência na escola.
 - D) a hegemonia da concepção pedagógica orientada para a emancipação do homem.
 - E) a desvinculação entre a educação escolar e o trabalho.
- 58.** Em relação à educação pública, é dever do Estado garantir:
- A) ensino fundamental, obrigatório e gratuito exclusivamente para as crianças que se encontrem em idade própria.
 - B) atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente em estabelecimentos de ensino especializado.
 - C) acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a demanda de cada um.
 - D) atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a quatro anos de idade.
 - E) atendimento ao educando, no ensino fundamental público, e em programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- 59.** Ao estabelecer diretrizes gerais da política urbana, o Estatuto da Cidade garante que:
- A) áreas urbanas com mais de 250m², ocupadas por população de baixa renda, por cinco anos ininterruptos e sem oposição, podem ser usucapiadas coletivamente, mesmo se os ocupantes têm a posse de outro imóvel.
 - B) o título de domínio de áreas de usucapião em área urbana só pode ser conferido ao homem casado, mesmo que não tenha filhos.
 - C) no processo de elaboração do Plano Diretor, os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, municipais e estaduais, garantirão a promoção de audiências públicas com a participação das associações representativas da comunidade.
 - D) os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão, obrigatoriamente, a participação da população e de associações representativas da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.
 - E) no âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa permite a realização de audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, antes de sua aprovação pelo Executivo municipal.

60. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, compete à equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude:

- A) prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.
- B) designar curador especial, em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais, em que haja interesses de criança ou adolescente.
- C) fornecer subsídios, mediante laudos específicos, e desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, e prevenção, sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.
- D) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra as normas de proteção à criança ou ao adolescente.
- E) assegurar a expedição de certidões de nascimento e de óbito de crianças ou adolescentes, quando necessário.

61. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que:

- A) os filhos havidos fora do casamento somente poderão ser reconhecidos pelos pais, conjuntamente, no próprio termo de nascimento, qualquer que seja a origem da filiação.
- B) a falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.
- C) a adoção atribui a condição de filho ao adotado, sem garantir direitos sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
- D) podem adotar crianças e adolescentes, as pessoas estrangeiras maiores de vinte e um anos, desde que casadas ou vivendo situação de relacionamento estável por mais de dois anos.
- E) verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente medidas socioeducativas, como, entre outras, advertência, liberdade assistida; internação em estabelecimento educacional, prestação de serviços à comunidade; obrigação de reparar o dano.

62. A proteção ao idoso, fundamentada no Estatuto do Idoso e em outros textos legais, assim como na política nacional específica:

- 1) aceita a parceria Estado / sociedade civil, na prestação de serviços sociais aos idosos.
- 2) fomenta alternativas não asilares de atendimento, que incluem centros de convivência, centros de cuidados diurnos e noturnos, casa-lar e atendimento domiciliar.
- 3) privilegia a assistência asilar na perspectiva de proteger o idoso de preconceitos e agressões de familiares e não familiares.
- 4) fortalece a idéia de envelhecimento ativo e saudável, estimulando a adoção de novos hábitos de vida, como alimentação saudável, prática de exercícios físicos, atividades intelectuais e socializadoras.
- 5) traz implícita a compreensão do idoso como sujeito de direitos, estabelecendo a

responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público na efetivação dos direitos.

Está(ão) correta(s):

- A) 5 apenas
- B) 2 e 4 apenas
- C) 3 e 4 apenas
- D) 1, 4 e 5 apenas
- E) 1, 2, 3, 4 e 5

63. A Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, aponta que:

- 1) é responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental e a promoção de ações de saúde com a devida participação da sociedade e da família.
- 2) a assistência, por internação em estabelecimento fechado de saúde mental, só é indicada quando os recursos extra-hospitalares não existirem no município de residência.
- 3) o tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.
- 4) o tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral, com prioridade, no entanto, para os serviços médicos.
- 5) é vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, que não assegurem aos pacientes os seus direitos.

Estão corretas:

- A) 1 e 2 apenas
- B) 3 e 4 apenas
- C) 1, 3 e 5 apenas
- D) 2, 3 e 4 apenas
- E) 1, 2, 3, 4 e 5

64. As pessoas portadoras de deficiência têm seus direitos instituídos pela Lei 7.853/89, que estabelece o que se segue.

- A) Deve ser viabilizada a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em todo estabelecimento de ensino, público ou privado.
- B) Devem ser desenvolvidos programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiência.
- C) Na área de formação profissional e do trabalho, devem ser promovidas ações eficazes que priorizem a inserção, nos setores público e privado, de pessoas portadoras de deficiência.
- D) Apenas o Ministério Público pode propor ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência.
- E) Constitui crime punível com reclusão, recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, em qualquer situação, a pessoa portadora de deficiência.

65. A Lei nº 11.340/2006, ao criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelece que violência doméstica contra a mulher:

- 1) é qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento e dano, ocorrida no âmbito da unidade doméstica, da família ou de qualquer relação de afeto.
- 2) só se configura enquanto tal se perpetrada em relações heterossexuais.
- 3) tem caráter patrimonial quando configura retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos.
- 4) é psicológica, quando causa dano emocional e diminuição da autoestima ou quando visa degradar ou controlar suas ações, crenças e decisões.
- 5) expressa por calúnia, difamação ou injúria decorrente de situação de exploração sexual, qualifica-se como moral.

Está(ão) correta(s) apenas:

- A) 3
- B) 2 e 5
- C) 1 e 4
- D) 1, 3 e 4
- E) 2, 3, 4 e 5

66. A legislação de proteção à mulher, em situação de violência doméstica, garante:

- 1) a assistência à mulher, de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente, quando for o caso.
- 2) a inclusão da mulher no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal, por prazo certo.
- 3) a manutenção do vínculo trabalhista da mulher, quando necessário o seu afastamento do local de trabalho, por até seis meses.
- 4) acesso prioritário à remoção da mulher, quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta.
- 5) a assistência à mulher em serviços de contracepção de emergência, da profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

Estão corretas:

- A) 1 e 4 apenas
- B) 2 e 3 apenas
- C) 1 e 5 apenas
- D) 2, 4 e 5 apenas
- E) 1, 2, 3, 4 e 5

67. Uma perspectiva crítica da intervenção junto à família, em programas governamentais, aponta que:

- A) a família vem sendo pensada pelos mentores das políticas públicas contemporâneas como um importante agente privado de proteção social.
- B) o objetivo da política social deve ser o de pressionar as pessoas para que elas assumam responsabilidades além de suas forças e de sua alçada, ao mesmo tempo em que se oferecem alternativas realistas de participação cidadã.
- C) os programas de apoio sociofamiliar devem privilegiar princípios normatizadores da vida familiar.
- D) a intervenção do Estado no espaço privado familiar atende à preservação de sua liberdade e autonomia.
- E) as famílias, independentemente de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar, têm que proteger seus membros sem apelar ao Estado.

68. O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2008:

- 1) estabelece que o Estado deve assegurar que crianças e adolescentes de comunidades remanescentes de quilombos e de povos indígenas recebam apoio e atendimento culturalmente fundamentados.
- 2) define como objetivo geral, ampliar, articular e integrar os diversos programas, serviços e ações de apoio sociofamiliar para promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.
- 3) fomenta a implementação de Programas de Famílias Acolhedoras, como alternativa de acolhimento a crianças e adolescentes que necessitem ser definitivamente afastados da família de origem.
- 4) aponta para o fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem adulto na elaboração do seu projeto de vida como uma de suas diretrizes.
- 5) prioriza a adoção internacional de crianças e adolescentes, principalmente daqueles com menor chance de adoção por brasileiros.

Estão corretas:

- A) 1 e 4 apenas
- B) 3 e 5 apenas
- C) 2, 3 e 5 apenas
- D) 1, 2 e 4 apenas
- E) 1, 2, 3, 4 e 5

69. Para implementação, monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, faz-se necessária a coleta de informações no município, executor das políticas públicas, que possibilitem o acompanhamento da implementação do Plano. Nesse sentido, está prevista a coleta de dados para elaborar:

- 1) diagnóstico da situação de famílias com crianças e adolescentes em Programas de Acolhimento Institucional, em situação de rua e em medida socioeducativa.
- 2) diagnóstico da situação de crianças e adolescentes em situação de adoção nacional e internacional.
- 3) diagnóstico de situação de operação de políticas públicas (municipais, estaduais) de proteção às crianças, aos adolescentes e a suas famílias.
- 4) especificação de valores destinados nos orçamentos do Município, por ano, para implantação e implementação das ações do Plano.
- 5) projeção dos recursos humanos disponibilizados para a execução do Plano.

Estão corretas apenas:

- A) 2 e 5
- B) 1 e 3
- C) 2, 4 e 5
- D) 2, 3 e 4
- E) 1, 2, 3 e 4

70. No campo jurídico da prática profissional do Assistente Social:

- 1) o laudo social resulta do processo de perícia social, apresentando o registro das informações mais significativas do estudo e o parecer, que será usado como elemento de prova para dar suporte à decisão judicial.
- 2) o parecer social é uma exposição tanto quanto possível genérica e não-detalhada da questão ou da situação social analisada.
- 3) a perícia social é avaliação, exame ou vistoria solicitada ou determinada pela necessidade de um parecer técnico que subsidie a tomada de decisão.
- 4) o conhecimento das normas legais é indispensável à elaboração de um parecer, assim como o conhecimento da realidade sócio-econômico-política em vigência.
- 5) a entrevista, a observação, a visita domiciliar, a realização de reuniões e a análise documental são procedimentos que podem ser utilizados no estudo social visando à elaboração de laudos e pareceres técnicos.

Estão corretas apenas:

- A) 1 e 4
- B) 2 e 5
- C) 1, 3, 4
- D) 2, 3 e 5
- E) 1, 3, 4 e 5